

## INVENTÁRIOS POST-MORTEM NA (RE)CONSTRUÇÃO DAS MINAS GERAIS NA ÉPOCA COLONIAL

Josimar Faria Duarte\*

**Resumo:** Recentemente, cresceu na historiografia brasileira o número de trabalhos que tem como fontes privilegiadas de pesquisa os inventários *post-mortem* dos séculos XVIII e XIX. Lançando mão de metodologias amplamente utilizadas por historiadores europeus, estes estudos têm dedicado especial atenção ao comportamento demográfico, à organização da vida doméstica e aos sistemas familiares e de herança nas mais variadas regiões do Brasil. Tributário desta perspectiva, este trabalho se propõe a analisar a vida material dos que viveram nas Minas à época da administração colonial. Baseados em inventários *post-mortem*, pretende-se sinalizar para a complexidade da vida doméstica, tanto das elites quanto dos clérigos, que foram importantes segmentos sociais da época.

**Palavras-chave:** Minas colonial. Vida doméstica. Inventários *post-mortem*.

**Abstract:** Recently, grew up in Brazilian history the number of jobs that have privileged as sources of research *post-mortem* inventories of the eighteenth and nineteenth centuries. Drawing on methodologies used extensively by European historians, these studies have paid particular attention to demographic behavior, the organization of domestic life, to family and inheritance systems, in various regions of Brazil. Revenue from this perspective, this work is to analyze the material life of those who lived in the Mines at the time of colonial administration. Based on *post-mortem* inventories, it is intended to signal to the complexity of domestic life, both the elite, how many of the clergy, who were important segment of social time.

**Keywords:** Colonial Minas. Domestic life. Post-mortem inventories.

### Introdução

Um objeto de trabalho, de uso pessoal ou de devoção pode revelar muito sobre determinado passado. Cada objeto está, de alguma forma, ligado à história de vida, a valores e a princípios que se definem na sociedade que os utiliza. Portanto, a cultura material é para o historiador mais uma possibilidade para o estudo do passado. Lucien Febvre<sup>1</sup> nos incita enquanto pesquisadores a ampliarmos a nossa noção de objeto e a expandirmos o nosso conceito de documento, para que se possa escrever a História como a ciência dos homens no tempo<sup>2</sup>. Por isso, quaisquer vestígios do fazer humano devem se tornar ferramentas na dinâmica de construção e desconstrução do conhecimento histórico<sup>3</sup>.

Dessa forma, lançar luz sobre os bens descritos nos processos de inventários *post-mortem* nos possibilita analisar as relações de poder, os aspectos econômicos e sociais de

---

\* Graduado em História pela Universidade Federal de Viçosa onde é, atualmente, aluno do Programa de Pós-Graduação em Economia Doméstica. Contato: josimar.duarte@ufv.br.

<sup>1</sup> FEBVRE, Lucien. *O Problema da Incredulidade no século XVI: A Religião de Rabelais*. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

<sup>2</sup> BLOCH, Marc. *Apologia da História ou O Ofício de Historiador*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002.

<sup>3</sup> LE GOFF, Jaques; NORA, Pierre. *História novos problemas*. São Paulo: Francisco Alves, 1979. p. 13.

uma sociedade do passado. São importantes materiais de pesquisa, passíveis de seriação e quantificação, nos possibilitando evidenciar as ações dos sujeitos individuais e em grupos, assim como perceber estas ações se desenrolando no tempo e no espaço.<sup>4</sup>

Nas últimas décadas, cresceu na historiografia brasileira o número de trabalhos que tem como fontes privilegiadas de pesquisa os inventários *post-mortem* dos séculos XVIII e XIX. Lançando mão de metodologias amplamente utilizadas por historiadores europeus, tais como Giovani Levi e Jacques Revel<sup>5</sup>, estes estudos têm dedicado especial atenção ao comportamento demográfico, à organização da vida doméstica, aos sistemas familiares e de herança, nas mais variadas regiões do Brasil. Para a história econômica e social de Minas, os inventários se tornaram peças fundamentais no entendimento do período pós-auge-minerador. Dando ênfase à agricultura, à criação de um mercado interno, à pecuária e ao escravismo, estes estudos têm apontado para a existência de maior dinamismo e diversificação econômica concomitante às atividades mineradoras, negando a premissa de “decadência” e “estagnação”<sup>6</sup>.

Os inventários são documentos oficiais, descritivos e objetivos, depositados em arquivos públicos e privados. Nestes documentos estão descritos bens móveis, semimóveis e de raiz. São objetos como armas, roupas, objetos de devoção, ferramentas e outros bens, que revelam os traços da vida material de uma sociedade do passado, permitindo-nos pensar o cotidiano, a rotina de determinados grupos. Desse modo, por meio de análises dos bens descritos nos inventários *post-mortem* de indivíduos que viveram no termo de Mariana na segunda metade do século XVIII, buscaremos analisar a vida material e os significados da vida doméstica na Minas Colonial.

### As Minas Gerais na época Colonial

No século XVII, as expedições das bandeiras em busca de índios que servissem ao trabalho involuntário e de metais preciosos percorreram extensas áreas, encontrando em 1695, na região de Caeté e Sabará, as primeiras minas de ouro. Estes achados auspiciosos, que tradicionalmente são atribuídos aos exploradores paulistas Borba Gato e seu genro Fernão Dias Pães Leme<sup>7</sup>, motivaram um grande fluxo populacional “durante os primeiros

---

<sup>4</sup> FARIA, Sheila de Castro. *A colônia em movimento: fortuna e família no cotidiano colonial*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.

<sup>5</sup> ALMEIDA, Carla Maria Carvalho de; OLIVEIRA, Mônica Ribeiro de (Orgs.). *Nomes e Números: alternativas metodológicas para a história econômica e social*. Juiz de Fora: UFJF, 2006. p. 181-183.

<sup>6</sup> Estes estudos tentam relativizar as formulações de Caio Prado Junior e Celso Furtado, ou seja, de que houve, após o *boom* minerador do século XVIII, uma “decadência” e “estagnação” das Minas. Estes estudos são representados principalmente por Alcir Lenharo e Roberto Martins (1980). In: ALMEIDA, Carla Maria Carvalho de. *Alteração na produtiva mineira: Mariana – 1750-1850*. Dissertação (Mestrado em História)–UFF, Niterói, 1994. p. 14.

<sup>7</sup> FAUSTO, Boris. *História do Brasil*. 2. ed. São Paulo: EDUSP, 1995. p. 95-98.

sessenta anos do século XVIII, chegando de Portugal e das ilhas do Atlântico cerca de 600 mil pessoas”<sup>8</sup>. Um significativo processo migratório também ocorreu dentro da Colônia: partiram

Das cidades, vilas, recôncavos e sertões do Brasil, vão brancos, pardos, pretos e muitos índios de que os paulistas se servem. A mistura é de toda condição de pessoas; homens e mulheres, moços e velhos, pobres e ricos; nobres e plebeus; clérigos seculares e religiosos de diversos institutos, muitos dos quais não têm, no Brasil, convento nem casa.<sup>9</sup>

A iniciativa da mineração movimentou o trânsito das pessoas, de aventureiros ávidos de enriquecimento fácil, que deixaram as mais diversas localidades e vieram para as Minas. Aqui eles desbravaram os territórios ocupados por indígenas, povoando as localidades, as margens de rios e encostas, inicialmente em moradas improvisadas de pau-a-pique, cobertas de palhas, palmeiras ou sapé<sup>10</sup>.

No dia 16 de julho de 1696, o coronel Salvador Fernandes Furtado e Miguel Garcia encontraram em um ribeirão próximo ao Tripuí (atual Ouro Preto) uma riquíssima fonte de granito cor de aço. Este ribeirão aurífero foi denominado “Ribeirão do Carmo”, pois era festa da “Virgem”, e a partir desse momento foi criado o primeiro arraial das Minas<sup>11</sup>.

As notícias da descoberta do ribeirão aurífero logo se espalharam e em pouco tempo a região já contava com uma população numerosa. No entanto, a fome começou a assolar essa população. A falta de alimentos e a miséria levaram os aventureiros a se dispersarem, fazendo com que o primeiro arraial fosse abandonado entre 1697 e 1698<sup>12</sup>. Somente Francisco Fernandes e Manuel da Cunha permaneceram na região, mas as notícias do sucesso da exploração empreendidas por Antônio Pereira atraíram os antigos moradores.

Os antigos moradores recompuseram suas casas abandonadas no primitivo assento, e os recém-chegados derramara-se pela margem do rio, invadindo sem respeito, nem consideração as terras por Antônio Pereira compradas a Manuel Cunha. Embora ofendido Antonio Pereira fez cara de alegre por não pode lutar contra a onda, e a muitos concedeu trabalharem nas minas e morarem nas terras.<sup>13</sup>

Rapidamente este pequeno aglomerado que se formou em torno do ribeirão se espalhou pelas encostas de morros, formando uma população enorme. Além dos migrantes

---

<sup>8</sup> FAUSTO, Boris. *História do Brasil*. 2. ed. São Paulo: EDUSP, 1995. p. 98.

<sup>9</sup> VASCONCELOS, Diogo de. *História Antiga das Minas Gerais*. 4. ed., v. 2. Belo Horizonte: Itatiaia, 1974. p. 26.

<sup>10</sup> ALGRANTI, Leila Mezan. Famílias e vida doméstica. In: SOUZA, Laura de Mello e; NOVAIS, Fernando A. (Orgs.). *História da vida privada no Brasil*. v. 1. São Paulo: Companhia das Letras, 1997. p. 92-94.

<sup>11</sup> VASCONCELOS, Diogo de. *História Antiga das Minas Gerais*. 4. ed., v. 2. Belo Horizonte: Itatiaia, 1974. p. 132.

<sup>12</sup> VASCONCELOS, Diogo de. *História Antiga das Minas Gerais*. 4. ed., v. 2. Belo Horizonte: Itatiaia, 1974. p. 140.

<sup>13</sup> VASCONCELOS, Diogo de. *História Antiga das Minas Gerais*. 4. ed., v. 2. Belo Horizonte: Itatiaia, 1974. p. 406.

brancos vindos do Reino, da Bahia, de Pernambuco, do Rio de Janeiro, de São Paulo e de outras localidades, o número de pessoas negras era grande, principalmente de escravos que acompanhavam os seus senhores, já que “[...] nem todos os invasores se entregaram diretamente ao trabalho das minas. Havia, além dos mercadores fixos ou ambulantes, uma grande quantidade de artífices, pedreiros, ferreiros, carpinteiros, alfaiates, sapateiros e outros que se estabeleceram no povoado”<sup>14</sup>.

As várias descobertas de novas jazidas atraíram os aventureiros, que cruzaram o além-mar em busca do enriquecimento da noite para o dia. Aqui, eles deixaram a região de ocupação mais antiga e partiram para outras regiões, há algumas léguas de distância, nas quais se dedicaram principalmente à produção agropastoril e ao comércio<sup>15</sup>.

Segundo a narrativa de Costa Matoso, este processo de deslocamento de aventureiros, que tinham que deixar as regiões de primeira ocupação em busca de novos territórios, foi um importante meio de desbravamento das Minas.

Vim entrando pelo que chamam campo, deixando já o caminho a que chamam do mato. É chamado campo por descoberto, a respeito do mato, e na verdade é caminho excelente e desafogado; é igualmente subindo e descendo morros, [...] ainda estão de mato virgem e capoeiras aquelas que ainda são mato, mas é mais pequenos por cortado e tornado a crescer há pouco tempo.<sup>16</sup>

Essa transcrição, apesar de simples, revela a interiorização dos interesses metropolitanos na região mineradora, do desbravamento de regiões ainda cobertas pela mata, em que residia a força indígena, que pouco a pouco foi sendo conquistada. Assim, exigindo do El Rei um controle da região, da entrada e saída de bandeiras, que se fez a partir da *dominação colonial*, que impôs uma administração profundamente voltada para o controle das riquezas, em arrojados impostos<sup>17</sup>.

Segundo Caio Prado Júnior, a posse de terra em Minas se deu pelo sistema de datas minerais, nas quais as descobertas de metais preciosos eram entregues à monarquia portuguesa. Os descobridores tinham o direito de escolher uma data, em seguida a fazenda real escolhia a sua parte, vendendo-as depois em hasta pública. As demais datas eram repartidas por sorte<sup>18</sup>.

---

<sup>14</sup> LIMA JR., Augusto de. *A capitania das Minas Gerais: Origem e formação*. Livraria e editora Zelio Valverde, 1943. p. 141.

<sup>15</sup> ALMEIDA, Carla Maria Carvalho de. *Alteração na produtiva mineira: Mariana – 1750-1850*. Dissertação (Mestrado em História)–UFF, Niterói, 1994. p. 49.

<sup>16</sup> FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. *Códice Costa Matoso*. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro; CEHC, 1999. p. 896.

<sup>17</sup> PRADO JR, Caio. *Formação do Brasil contemporâneo: Colônia*. São Paulo: Brasiliense; Publifolha, 2000. p. 141.

<sup>18</sup> PRADO JR, Caio. *Formação do Brasil contemporâneo: Colônia*. São Paulo: Brasiliense; Publifolha, 2000. p. 176.

O viajante francês, o botânico Augusto de Saint-Hilaire, em sua estada em Minas Gerais no século XIX, narrou como era a exploração dos veios auríferos:

É necessário um título especial para poder retirar o ouro da terra, e esse título são concedido pelo oficial ao qual se dá o nome de guarda-mor. Consegue-se o direito de procurar ouro em um terreno cultivado por outro, mas debaixo da obrigação de conceder uma indenização ao lavrador. É fácil compreender-se que semelhante costume acarreta os mais graves inconvenientes, e é uma fonte de disputa de ódios.<sup>19</sup>

Como forma de controlar a entrada de bandeiras, ou mesmo a arrecadação dos impostos, foram criadas, em 1709, as capitanias de São Paulo e Minas do Ouro, num governo distinto do Rio de Janeiro. “Realmente, a situação nas Minas era tal que dificilmente poderia um governo, com sede no Rio de Janeiro dar assistência aos seus moradores”<sup>20</sup>.

Para o cargo de governador da capitania das Minas de Ouro e São Paulo foi nomeado o capitão geral Antônio de Albuquerque Coelho de Carvalho, que morou em Vila do Carmo, primeira capital das Minas<sup>21</sup>.

Como ato importante, Antônio Albuquerque criou três importantes vilas em Minas: Rica (Ouro Preto), Sabará e Albuquerque (Mariana). Em Carta Régia de 1712, é confirmado pelo El Rei o pedido do governador geral de elevação do arraial do Carmo à categoria de vila.

Eu, El Rei, vos envio muito saudar. Viu-se a nossa carta de trinta e um de julho do ano passado em que dais conta de ser essa a primeira que erigio o Governador e Capitão geral Antônio de Albuquerque Coelho de Carvalho com nome de Nossa Senhora do Carmo de Albuquerque, em que vos conceda os privilégios que tem a Câmara da Cidade do Porto. E parece-me dizer-vos que hei por confirmada essa vila, porém não há de ser com a denominação de Nossa Senhora do Carmo de Albuquerque, mas somente Vila de Nossa Senhora do Carmo e vos concedo que possa intitular Leal Vila.<sup>22</sup>

Já em 1720, houve a separação destas duas capitanias em governos autônomos<sup>23</sup>. Com isso, teve início um período em que o Estado tornou-se mais atuante, em um movimento urbanizador no qual houve o estabelecimento do sistema administrativo metropolitano nas Minas. Este se efetivou como nas demais regiões da colônia, na dinâmica

---

<sup>19</sup> SAINT-HILAIRE, Augusto. *Viagem pelas províncias do Rio de Janeiro e Minas Gerais*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: EdUSP, 1975. p. 109.

<sup>20</sup> BARBOSA, Waldemar de Almeida. *Dicionário histórico e geográfico de Minas Gerais*. Rio de Janeiro: Itatiaia, 1995. p. 195-196.

<sup>21</sup> SOUZA, Laura de Mello e. *Normas e Conflitos: aspectos da história de Minas no século XVIII*. Belo Horizonte: UFMG, 1999. p. 175-199.

<sup>22</sup> Documento da época. In: *Termo de Mariana: História e documentação*. Mariana: Imprensa Universitária da UFOP, 1998, p. 153

<sup>23</sup> BARBOSA, Waldemar de Almeida. *Dicionário histórico e geográfico de Minas Gerais*. Rio de Janeiro: Itatiaia, 1995. p. 195-196.

*acre e doce*, ou seja, em alguns momentos o poder metropolitano parecia agigantar-se, uma vez que o Rei, estando longe, permitia aos seus funcionários tomarem para si o poder. Entretanto, ao mesmo tempo, a vastidão do território rural da Minas parecia alargar o poder privado, numa sensação de desgoverno<sup>24</sup>.

Para a efetivação do poder metropolitano, os espaços sociais foram organizados em uma lógica urbana (poder tripartido entre temporal, espiritual e individual). Os antigos aglomerados de casas improvisadas de pau-a-pique deram lugar a casas de moradas, onde “[...] as paredes foram rebocadas por dentro e por fora, pisos de madeiras ou pedras foram colocadas e telhas substituíram os telhados de sapé”<sup>25</sup>.

### Vida doméstica mineira

Em Minas Gerais, em sua época colonial, a vida acontecia nos espaços domésticos, que incluíam, além das moradas, os locais dedicados à criação de animais e à produção de artigos de consumo, muitos destes comercializados, como a cachaça, a rapadura e a farinha de milho<sup>26</sup>.

Essas casas de moradas eram mobiliadas com móveis de madeira, como cadeiras, mesas e armários. Nos bens descritos no inventário de dona Felicianna Izabel Maria de Oliveira, casada com o licenciado Domingos Coelho, que teve seus bens arrolados no ano de 1782, percebemos como era mobiliado o interior das casas da época. O casal tinha uma fazenda de Engenho, denominada Nossa Senhora da Conceição, situada no Arraial da Piranga, termo da Leal Cidade de Mariana. Esta fazenda ficava a meia légua de distância da Igreja da Conceição de Piranga. Além de roças, o casal gozava de grandes prestígios sociais de proprietários de escravos, possuindo uma posse de 103(?) cativos.

Os móveis arrolados em seus bens eram: “uma mesa com gaveta, outra com duas gavetas, outras duas velhas, seis catres, sendo um apenas tornado, um móvel de tear, dois espriguseiros, quatro caixas, dois estrados, um baú, quatro bancos, onze tamboretas”<sup>27</sup>.

Observa-se na relação de bens deste casal a presença de caixas, algumas com fechaduras, sendo as feitas em jacarandá as mais caras. Estas serviam na época para guardar e transportar mercadorias, em especial alimentos. Isso fica claro no conjunto de inventários no adentrar do século XIX, em que estes objetos aparecem descritos com suas respectivas utilidades, sendo guardar açúcar a que mais aparece.

---

<sup>24</sup> SOUZA, Laura de Mello e. *Desclassificados do ouro: a pobreza mineira no século XVIII*. Rio de Janeiro: Graal, 2004. p. 91-140.

<sup>25</sup> BOXER, Charles. *A idade de Ouro do Brasil*. São Paulo: Nova Fronteira, 2000. p. 72-73.

<sup>26</sup> ALGRANTI, Leila Mezan. Famílias e vida doméstica. In: SOUZA, Laura de Mello e; NOVAIS, Fernando A. (Orgs.). *História da vida privada no Brasil*. v. 1. São Paulo: Companhia das Letras, 1997. p. 92-94.

<sup>27</sup> MARIANA. *Arquivo Histórico da Casa Setecentista de Mariana/IPHAN*. Inventário do Defunto Dona Felicianna Izabel Maria de Oliveira, 1782.

Para os bens arrolados no inventário do capitão Antônio Gomes Sande, casado com Francisca Clara Umbelina de Jesus, na categoria madeira temos listado:

uma mesa grande de Jacarandá, outra pequena, outras duas com gavetas, seis tamboretas, quatro bancos, outros dois lisos, três catres torneados de jacarandá, outros seis lisos, dois espriguisseiros, uma caixa grande de guarnição com fechaduras, outra duas lisa, um baú, um par de canastras inferiores, uma caixa de guardar açúcar, outra duas caixa pequena com fechadura, outra duas grande de despejo e outra de barril e forão.<sup>28</sup>

Já nas cozinhas havia a presença de vários utensílios, tigelas de cobre e estanho, bacias, alambiques, garfos e facas, pratos, chocolateiras e as famosas louças das índias, que demonstra que as relações comerciais entre oriente e ocidente se interiorizaram na colônia.

Naquele período, muitos foram os portugueses que vieram para Minas, no projeto trampolim, descrito por Caroline Brettell, que consistia em enriquecer e retornar à terra natal para cumprir antigas promessas de matrimônios<sup>29</sup>. No entanto, como observou Carla M. C. de Almeida, houve uma grande fixação dos portugueses nos arraiais mineiros, onde estes formaram famílias<sup>30</sup> que reproduziram na região padrões culturais portugueses, adaptando os seus costumes domésticos às realidades tropicais, pois “[...] a enorme distância da metrópole, a ser vencida pelas embarcações, ditou modas e hábitos de todo tipo.”<sup>31</sup>

Desse modo, a falta de utensílios, como garfo e facas, faziam destes objetos itens de adorno, objetos de luxo, muitas vezes produzidos em prata, provavelmente utilizados pelas famílias ricas para ostentar sua posição econômica e social. Nos inventários, esses objetos são escassos, sendo uma média de quatro a seis peças por falecido, feitos em latão ou em prata<sup>32</sup>.

Na casa do licenciado João Coelho Duarte, português do Minho, não se encontra nenhum bem doméstico descrito<sup>33</sup> que represente a escassez dessas peças, sendo provavelmente itens dos inventários de homens que constituíram famílias, como se pode

---

<sup>28</sup> MARIANA. *Arquivo Histórico da Casa Setecentista de Mariana/IPHAN*. Inventário do Defunto Antônio Gomes Sandes.

<sup>29</sup> BRETTELL, Caroline. *Homens que partem, mulheres que esperam: consequência de imigração numa freguesia minhota*. Lisboa: Dom Quixote, 1991. p. 132.

<sup>30</sup> ALMEIDA, Carla Maria Carvalho de. *Trajetórias Imperiais: imigração e sistema de casamentos entre a elite mineira setecentista*. In: ALMEIDA, Carla Maria Carvalho de; OLIVEIRA, Mônica Ribeiro (Orgs.). *Nomes e números: alternativas metodológicas para a história econômica e social*. Juiz de Fora: UJFJ, 2006. p. 73-75.

<sup>31</sup> ALGRANTI, Leila Mezan. *Famílias e vida doméstica*. In: SOUZA, Laura de Mello e; NOVAIS, Fernando A. (Orgs.). *História da vida privada no Brasil*. v. 1. São Paulo: Companhia das Letras, 1997. p. 122.

<sup>32</sup> Os inventários do Arquivo da Casa Setecentista de Mariana (ACSM) analisados para esta afirmação foram: ACSM, 2º. Ofício, 46, 1032, 9p. ACSM, Códice 101 Auto 2101, ACSM, Códice 88 Auto 1908, ACSM, 1º, 63, 1367, 1803, ACSM, Códice 151 Auto 3175. Nesta documentação observei que os utensílios eram peças de homens que constituíram famílias, sendo raros nas moradas de solteiros.

<sup>33</sup> MARIANA. *Arquivo Histórico da Casa Setecentista de Mariana/IPHAN*. Inventário do Defunto Licenciado João Coelho Duarte, 1788

observar no inventário da viúva Rosa Dias dos Anjos, em que encontramos oito colheres e quatro garfos de latão<sup>34</sup>.

Já na casa do licenciado Domingos Coelho e dona Felicianna Izabel Maria de Oliveira, encontramos

Sete colheres e sete garfo de prata que pesão cento e secenta e oito oitavas, Duas facas com seus cabos de prata, Hum florete de prata, Vinte e tres pratos de estanho fino, Seis ditos grandes finos, Tres ditos de [mesmo?] [estanho?], Desaseis ditos de guardanapos inferiores, Hum jarro e bacia de estanho, Quatro taxos que pesarão seis arrobas pouco mais ou menos, Hum taxo de cobre que pesa desasete libras, Hum dito [velho?], Hum funil e hum [remunhol?] que pesão seis libras, Hum lambique de cobre com seua copena, Hum taxo de cobre que pesa doze libras, Hum dito que pesa quatro libras, Louça fina e grossa, Sinco pires e sinco xícaras da Índia, Sinco pratos e sete tigelas de louça grossa, Hum prato de pó de pedra.<sup>35</sup>

Percebe-se na casa do casal a presença de utensílios sofisticados, que eram trabalhados em prata, uma tentativa, talvez, de aproximar os padrões domésticos das Minas aos vivenciados no Reino. Ou seja, o uso de objetos de luxo era uma tentativa de vivenciar práticas de uma sociedade de Corte, nas quais eram comuns jantares luxuosos, nos quais esses itens eram utilizados para ostentar a riqueza.

O uso de utensílios vindos do Reino também era comum entre as famílias ricas. Na casa do Alferes Antônio José de Castro e Dona Maria do Espírito Santo Cunha, encontramos várias louças vindas de Portugal: “Duas dúzias e meia de pratos de Louça do Porto, Huma dusia de frascos, Oito garrafas de vidro preto, Seis pratos grandes de Louça do Porto”<sup>36</sup>. Este casal tinha grande prestígio local, não só pela posse de lavras, terras e escravos (com uma posse de 43 cativos), mas pelo título do patriarca da família dentro das Ordenações militares, que, segundo Chistiane F. P. de Mello, ditavam a hierarquia social nas Minas setecentistas<sup>37</sup>. Além disso, o casal estava entre as famílias de sangue nobre, uma vez que tiveram um filho ordenado padre no seminário de Mariana, o Padre Antônio Joaquim, primogênito da família<sup>38</sup>.

---

<sup>34</sup> MARIANA. *Arquivo Histórico da Casa Setecentista de Mariana/IPHAN*. Inventário do Defunto Rosa Dias dos Santos, 1802.

<sup>35</sup> MARIANA. *Arquivo Histórico da Casa Setecentista de Mariana/IPHAN*. Inventário do Defunto Dona Felicianna Izabel Maria de Oliveira, 1782.

<sup>36</sup> MARIANA. *Arquivo Histórico da Casa Setecentista de Mariana/IPHAN*. Inventário do Defunto Alferes Antonio Jose de Castro, 1803.

<sup>37</sup> MELLO, Chistiane Figueiredo Pagano. A guerra e o pacto: a política de intensa mobilização militar em Minas Gerais. In: CASTRO, Celso; KRAAY, Hendrik; IZECKSON, Victor (Orgs.). *Nova História Militar brasileira*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas; Bom Texto, 2004. p. 72.

<sup>38</sup> Segundo Luis Carlos Villalta, com a instalação do seminário de Mariana houve uma mudança no cenário mineiro. Por um lado o seminário serviu para o letramento da elite, por outro, para um melhor preparo dos candidatos ao sacerdócio. Portanto, a educação em Minas encontrou uma amplitude maior. Houve também, com a instalação do seminário, um crescimento significativo das ordenações de clérigos naturais, ultrapassando os estrangeiros. Assim, os filhos das famílias “boas” e ricas das Minas podiam ser letrados ou ingressar no Clero sem ir para a Europa. Naquele período, raro eram as famílias nobres que não ofereciam a Santa Sé Apostólica a um filho sacerdote. O crescimento das ordenações sacerdotais de naturais é nítido para o período de 1758 a

Outra preocupação doméstica da época era com relação à higiene. No conjunto de inventários do 1º. Ofício há sempre referências a objetos de lavabo, que serviam para o ritual de esalda-pés e mãos. Antes das refeições, ou do recolhimento, as escravas vinham aos senhores com a jarra com água, bacia e toalha, sendo um “[...] hábito atribuído aos paulistas desde os primórdios da colonização, para evitar o bicho de pé”<sup>39</sup>.

Como se observa, nos setecentos, o cotidiano mineiro foi marcado por várias transformações, principalmente pela fixação de reinóis, que refletiram em mudanças culturais, significando a tentativa de reviver os costumes do Reino, assim como em transformações físicas, já que “[...] começaram-se as obras da nova igreja e da câmara, que ficou provisoriamente instalada numa casa [...]”<sup>40</sup>, e também pelas transformações simbólicas, pois a divisão do poder se externalizou em construções impressionistas, em edifícios como Largo da Matriz, a praça, o pelourinho, a cadeia, a câmara do senado local, a casa da intendência, o palácio dos governadores, e pelas fachadas das casas, que representavam o poder e o prestígio da família<sup>41</sup>.

Auguste de Saint-Hilaire, ao descrever a paisagem das minas observou a “[...] triste monotonia da região, [...] que o viajante vê o encantador efeito produzido na paisagem pela série de construções regulares, que contrastam com o aspecto selvagem e desértico das terras circunvizinhas”<sup>42</sup>.

Neste espaço, o trabalho urbano estava dividido pelo cabedal dos privilégios, a partir dos quais alcançar o *status* de nobre significava gozar de prestígio e honra. No entanto, isto não configurava algo simples, sendo as principais vias de acesso: nascimento (mais importante), riqueza (secundário) e sorte, por meio de estratégias de casamentos mercês de cargos administrativos ou postos militares<sup>43</sup>.

Assim, riqueza, privilégios e destaques sociais pareciam andar juntos em Minas, pois não bastava ter riqueza, era preciso investir nas estratégias individuais de inserção social para a construção de uma história particular bem sucedida na região. A mobilidade social dependia principalmente de investimentos, como casamentos, acúmulos de cargos de

---

1762, ou seja, após a instalação do seminário. Entretanto, esse crescimento não é óbvio, pois a habitação para sacerdócio exigia a pureza de sangue, e as Minas era o local dos desclassificados. Cf. VILLALTA, Luiz Carlos. A Igreja, a sociedade e o clero. In: VILLALTA, Luiz Carlos; RESENDE, Maria Efigênia Lage de (Orgs.). *História de Minas Gerais: As Minas Setecentistas*. v. 2. Belo Horizonte: Autêntica; Companhia do Tempo, 2007. p. 25-57.

<sup>39</sup> ALGRANTI, Leila Mezan. Famílias e vida doméstica. In: SOUZA, Laura de Mello e; NOVAIS, Fernando A. (Orgs.). *História da vida privada no Brasil*. v. 1. São Paulo: Companhia das Letras, 1997. p. 126.

<sup>40</sup> LIMA JR., Augusto de. *A capitania das Minas Gerais: Origem e formação*. Livraria e editora Zelio Valverde, 1943. p. 39.

<sup>41</sup> SAINT-HILAIRE, Augusto. *Viagem pelas províncias do Rio de Janeiro e Minas Gerais*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: EdUSP, 1975. p. 79-80.

<sup>42</sup> SAINT-HILAIRE, Augusto. *Viagem pelas províncias do Rio de Janeiro e Minas Gerais*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: EdUSP, 1975. p. 62.

<sup>43</sup> FURTADO, Júnia Ferreira. *Homens de Negócio: a interiorização da metrópole e do comércio nas Minas setecentistas*. São Paulo: Hucitec, 1999. p. 57.

privilégios e diversificação dos negócios. Exemplificadas na obtenção de títulos e mercês de cargos no Império Ultramarino<sup>44</sup>.

Segundo Júnia Ferreira Furtado, exercer funções junto à administração real era essencial para a distinção social.

Acima de tudo, participar da administração real exteriorizava o papel de cada um e aproximava-o da origem do poder. Na sociedade da época, que desprezava o trabalho manual, todos aqueles que exerciam artes mecânicas estavam excluídos do estatuto dos homens bons e, por conseguinte, da representação política, que lhes conferia dignidade e definia seu lugar social perante todos os habitantes locais.<sup>45</sup>

Desse modo, a formação social da colônia seria uma extensão da metrópole, uma vez que as relações hierárquicas eram fortemente influenciadas pela tradição portuguesa. Tais relações eram tecidas entre os indivíduos desde o Reino, onde já era estabelecido o local hierárquico “[...] essenciais para o reconhecimento do lugar social que cada um ocupava”<sup>46</sup>, sendo a mobilidade social apenas aparência.

Já Laura de Mello e Souza discorda, em certo ponto, desta premissa, pois entende que em Minas os princípios estratificadores aliavam *status* e honra a valores novos ditados pelo cabedal e o mérito, onde a ostentação de riqueza era um traço comum, fazendo com que os atores sociais levassem uma vida marcada pelos jogos das aparências. Tendo-se em Minas homens soltos, desenraizados e sem memórias “[...] a quem a riqueza permite inventar um passado e um nome” por terem a “honra dos ricos”, ostentando títulos de poderosos brigadeiros, mestres de campo e coronéis. Os grandes donos de planteis de escravos gozavam de certo prestígio social local.

Para eles, o **luxo e a ostentação existiam de fato** – não como sintomas de irracionalidade, conforme disseram muitos, mas **como sinal distintivo de status social, como instrumento de dominação necessária à consolidação e manutenção do poder de mando**. Acumulação de escravos e luxo aparecem, aqui, como características de uma sociedade escravista específica, própria ao sistema colonial, e indicam o caráter extremamente restritivo. Poucos foram, nas Minas os grandes senhores de escravos e lavras.<sup>47</sup>

<sup>44</sup> ALMEIDA, Carla Maria Carvalho de. *Homens ricos, homens bons: produção de alimentos e hierarquização social em Minas Gerais, 1750-1822*. Tese (Doutorado em História)–UFF, Niterói, 2001. p. 72-73.

<sup>45</sup> FURTADO, Júnia Ferreira. *Homens de Negócio: a interiorização da metrópole e do comércio nas Minas setecentistas*. São Paulo: Hucitec, 1999. p. 57.

<sup>46</sup> FURTADO, Júnia Ferreira. *Homens de Negócio: a interiorização da metrópole e do comércio nas Minas setecentistas*. São Paulo: Hucitec, 1999. p. 51.

<sup>47</sup> SOUZA, Laura de Mello e. *Desclassificados do ouro: a pobreza mineira no século XVIII*. Rio de Janeiro: Graal, 2004. p. 5. (grifo nosso).

Portanto, as Minas setecentistas foram uma sociedade formada por um tecido social complexo, na qual a polarização básica era composta pela dualidade de senhores e escravos, emersos em um universo de desclassificados<sup>48</sup>.

### As moradas dos clérigos do bispado de Mariana

Nas Minas setecentistas, o cotidiano era perpassado pela religiosidade, por rituais e discursos que afirmavam o Catolicismo como caminho a ser seguido por todos. Como sugere Eduardo Hoornaert<sup>49</sup>, em toda a América portuguesa a Igreja Católica apresentou-se como agente controlador das várias esferas sociais. Ela assumiu as características básicas de um: “[...] catolicismo tradicional [...] luso-brasileiro, leigo, medieval, social e familiar”<sup>50</sup>. Por isso, devemos lançar luz sobre a vida doméstica dos padres que viveram naquele período, pois eles são importantes partes da vida doméstica, pois é para e pela religião que as pessoas organizam suas ações sociais.

No inventário de João Alves da Costa, padre reverendo na freguesia de Guarapiranga, percebe-se um grande número de bens móveis arrolados:

uma mesa com gaveta, outra de jacarandá com duas gavetas com fexadura e chave, um catre de jacarandá torneado com sua arreação, outro de jacarandá sem estar acabado, um priguiceiro cuberto de coiro, seis cadeiras, dose tamboretas e um oratório com as imagens do Senhor Crucificado e Senhora da Conceição, com resplendor, e coroa de prata.<sup>51</sup>

No inventário de Padre Jacintho Ferreira dos Santos, falecido em 25 de dezembro de 1813, estas mobílias se confirmam, demonstrando como as casas dos clérigos eram casas ornamentadas com madeiras. Aparecendo arrolado

um leito de jacarandá torneado, outro de jacarandá com [targe?] doirada, outro com targe de madeira lavrada, outro de madeira branca, uma espriguiceiro com targe pintada, uma cômoda printada ordenada, uma dúzia de cadeiras de campanha, uma meza de jacarandá com gaveta outra redonda de jacarandá, outra com gaveta, outra pintada, duas outras para jantar, outra pés torneados com duas gavetas, uma cadeira de braços com assento de Damasco, outra com assento de couro, um campê de vinhaleio, um leito de campanha, seis cadeiras de jacarandá antiqúíssimas, uma banquinha de guardar ouro, um baú com duas fechaduras e um Oratório Dourado com a Imagem de Jesus Chisto, Nossa Senhora e de São João.<sup>52</sup>

<sup>48</sup> SOUZA, Laura de Mello e. *Desclassificados do ouro: a pobreza mineira no século XVIII*. Rio de Janeiro: Graal, 2004. p. 219.

<sup>49</sup> HOORNAERT, Eduardo. *Formação do Catolicismo Brasileiro (1500-1800)*. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 1999. p. 20.

<sup>50</sup> AZZI, Riolando. *O catolicismo popular no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 1978. p. 9.

<sup>51</sup> MARIANA. *Arquivo Histórico da Casa Setecentista de Mariana/IPHAN*. Códice: 23 Auto: 613 1º Ofício, 1811.

<sup>52</sup> MARIANA. *Arquivo Histórico da Casa Setecentista de Mariana/IPHAN*. Códice?, Auto?, 1º Ofício, 1814.

Como se observa no quadro acima, nos inventários de padres aparece um número significativamente grande de cadeiras e mesas que provavelmente serviam para recepcionar autoridades, clérigos, ou mesmo para reuniões com os fregueses e vilão de suas paróquias. As mesas arrolam nos inventários de diferentes tamanhos, demissões, formas e utilidades, sendo as de jacarandá as mais caras. Estas aparecem com gavetas, com ou sem fechaduras, algumas delas torneadas e pintadas.

Portanto, nota-se que as casas de clérigos apareciam com grande número de mobílias na segunda metade do XVIII, não se diferenciando das demais moradas da época. Claro que nesta sociedade pré-capitalista as casas eram simplórias se comparadas à atualidade burguesa. Já nas cozinhas de clérigos havia a presença de vários utensílios, tigelas de cobs e estanho, bacias, alambiques, garfos e facas, pratos, chocolateiras e as famosas louças das índias, demonstrando que as relações comerciais entre oriente e ocidente interiorizaram na colônia.

### Referências bibliográficas

ALMEIDA, Carla Maria Carvalho de; OLIVEIRA, Mônica Ribeiro de (Orgs.). *Nomes e Números: alternativas metodológicas para a história econômica e social*. Juiz de Fora: UFJF, 2006.

ALIGHIERI, Dante. *A divina comédia*. Traduzido por Cristiane Martins. Belo Horizonte: Itatiaia, 1979.

AZZI, Riolando. A instituição eclesiástica durante a primeira época colonial. In: HOORNAERT, Eduardo et al. *História da Igreja no Brasil: ensaio de interpretação a partir do povo*. Petrópolis: Vozes, 1983.

\_\_\_\_\_. *O catolicismo popular no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 1978.

BARBOSA, Waldemar de Almeida. *Dicionário histórico e geográfico de Minas Gerais*. Rio de Janeiro: Itatiaia, 1995.

BRETTELL, Caroline B. *Homens que partem, mulheres que esperam: consequência de imigração numa freguesia minhota*. Lisboa: Dom Quixote, 1991.

BLOCH, Marc. *Apologia da História ou O Ofício de Historiador*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002.

BOXER, Charles. *A idade de Ouro do Brasil*. São Paulo: Nova Fronteira, 2000.

\_\_\_\_\_. *A Igreja Colonial Portuguesa*. Lisboa: Edições 70, 1981.

CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano*. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1994.

COUTINHO, Sérgio Ricardo. “Para uma História da Igreja no Brasil”: os 30 anos de Cehila e sua contribuição historiográfica. In: SIEPIERSKI, P.; Gil, B. (Org.). *Religiões no Brasil: enfoques, dinâmicas e abordagens*. São Paulo: Paulinas, 2003.

GIOVANE, Levi. Sobre a micro História. In: BURKE, Peter (Org.). *A Escrita da História: novas perspectivas*. São Paulo: UNESP, 1992.

FARIA, Sheila de Castro. *A colônia em movimento: fortuna e família no cotidiano colonial*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.

FAUSTO, Boris. *História do Brasil*. 2. ed. São Paulo: EDUSP, 1995.

FEBVRE, Lucien. *O Problema da Incredulidade no século XVI: A Religião de Rabelais*. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

FRAGOSO, João Luiz Ribeiro. Afogados em Nomes: temas e experiência em história econômica. *Topoi: Revista de História*, Rio de Janeiro: PPGH/UFRJ, n. 5, 7 Letras, 2002.

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. *Códice Costa Matoso*. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro; CEHC, 1999. p. 896.

HESPANHA, Antônio Manuel. A Igreja. In: MATTOSO, José. *História de Portugal*. IV. Lisboa: Estampa, 1993.

HOORNAERT, Eduardo. *Formação do Catolicismo Brasileiro (1500-1800)*. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 1999.

\_\_\_\_\_ et al. *História da Igreja no Brasil: ensaio de interpretação a partir do povo*. Petrópolis: Vozes, 1983.

LE GOFF, Jaques. *Os Intelectuais na idade média*. 4. ed. São Paulo: Brasiliense, 1995.

MELLO, Chistiane Figueiredo Pagano. A guerra e o pacto: a política de intensa mobilização militar em Minas Gerais. In: CASTRO, Celso; KRAAY, Hendrik; IZECKSON, Victor (Orgs.). *Nova História Militar brasileira*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas; Bom Texto, 2004.

MULLET, Michel. *A contra-reforma e a Reforma Católica nos princípios da Idade Moderna Europeia*. Lisboa: Gradiva, 1985.

PRADO JR, Caio. *Formação do Brasil contemporâneo: Colônia*. São Paulo: Brasiliense; Publifolha, 2000.

PRIORE, Mary Del. *Religião e religiosidade no Brasil colonial*. São Paulo: Ática, 1997.

SOUZA, Laura de Mello e; NOVAIS, Fernando A. (Orgs.). *História da vida privada no Brasil*. v. 1. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

\_\_\_\_\_. *Normas e Conflitos: aspectos da história de Minas no século XVIII*. Belo Horizonte: UFMG, 1999.

\_\_\_\_\_. *O diabo e a terra de Santa Cruz*. São Paulo: Companhia das Letras, 1986.

\_\_\_\_\_. *Inferno Atlântico: demonologia e colonização (séculos XVI-XVIII)*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

\_\_\_\_\_. *O sol e a sombra: política e administração na América portuguesa do século XVIII*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

\_\_\_\_\_. História da Cultura e da religiosidade. In: ARRUDA, José J.; FONSECA, Luís A. (Orgs.). *Brasil-Portugal: História, agenda para o novo milênio*. São Paulo: EDUSC, 2000.

REVEL, Jacques (Org.). *Jogos de Escalas: A experiência da microanálise*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1998.

VAINFAS, Ronaldo. *Ideologia e escravidão: os letrados e a sociedade escravista no Brasil colonial*. Petrópolis: Vozes, 1986.

VILLALTA, Luiz Carlos; RESENDE, Maria Efigênia Lage de (Orgs.). *História de Minas Gerais: As Minas Setecentistas*. v. 2. Belo Horizonte: Autêntica; Companhia do Tempo, 2007.

### **Historiografia sobre Minas Gerais**

ALMEIDA, Carla Maria Carvalho de. *Alteração na produtiva mineira: Mariana – 1750-1850*. Dissertação (Mestrado em História)–UFF, Niterói, 1994.

\_\_\_\_\_. *Homens ricos, homens bons: produção de alimentos e hierarquização social em Minas Gerais, 1750-1822*. Tese (Doutorado em História)–UFF, Niterói, 2001.

BOSCHI, Caio César. A Universidade de Coimbra e a formação intelectual das elites mineiras coloniais. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, 4 (7): 100-111, 1991.

FIGUEIREDO, Luciano Raposo de Almeida. *Barrocas famílias: vida familiar em Minas Gerais no século XVIII*. São Paulo: Hucitec, 1995.

FURTADO, Júnia Ferreira. *Homens de Negócio: a interiorização da metrópole e do comércio nas Minas setecentistas*. São Paulo: Hucitec, 1999.

LIMA JR., Augusto de. *A capitania das Minas Gerais: Origem e formação*. Livraria e editora Zelio Valverde, 1943.

RESENDE, Maria Efigênia e VILLALTA, Luís Carlos. (orgs.) **História de Minas Gerais: as Minas setecentistas**. Belo Horizonte: Autêntica, 2007, 2v.

OLIVEIRA, Mônica Ribeiro de. *Negócios de Famílias: mercado, terra e poder na formação da cafeicultura mineira 1780-1870*. Bauru: EDUSC, 2005.

SAINT-HILAIRE, Augusto. *Viagem pelas províncias do Rio de Janeiro e Minas Gerais*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: EdUSP, 1975.

SOUZA, Laura de Mello e. *Desclassificados do ouro: a pobreza mineira no século XVIII*. Rio de Janeiro: Graal, 2004.

TRINDADE, Cônego Raymundo. *Archidiocese de Marianna: subsídios para a sua história*. Tomo I. São Paulo: Alameda Barão de Piracicaba, 1928.

VASCONCELOS, Diogo de. *História Antiga das Minas Gerais*. 4. ed. Belo Horizonte: Itatiaia, 1974.